

ROUCOS E SUFOCADOS

A INDÚSTRIA DO CIGARRO ESTÁ VIVA, E MATANDO

João Peres e Moriti Neto | Editora Elefante
Sumário Executivo

Introdução

O Brasil é, há 25 anos, o maior exportador mundial de tabaco em folha. Bélgica, China, Estados Unidos e Itália são os principais compradores anuais de quase meio milhão de toneladas do produto, responsável por cerca de um terço do comércio global e por aproximadamente 1% das vendas brasileiras ao exterior.¹ Trata-se de um dos principais produtos da balança comercial dos estados responsáveis pelo cultivo, concentrados na Região Sul do país.

Apesar de uma forte redução na prevalência do tabagismo desde os anos 1990,² essa condição de grande exportador faz do Brasil uma peça-chave para as corporações do setor – quase 90% da produção é vendida a outras nações. São cerca de 150 mil famílias envolvidas diretamente no cultivo, segundo a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), e quase 700 mil pessoas ligadas às empresas.

A Souza Cruz, subsidiária da British American Tobacco, uma das cinco grandes empresas do mundo, criou há mais de um século o “sistema de produção integrado”. Nesse formato, a indústria define quanto, como e quando os agricultores plantarão tabaco. Além de fornecer todos os insumos necessários, o setor privado define o preço final do produto no momento da compra.

Esse é um dos motivos para a explosão na produção de tabaco ocorrida nos anos 1990, e desde então mantida com a ajuda de financiamento público, respondendo a uma redução da produção

nos países ricos. Segundo o Atlas do Tabaco 2015, a planta era cultivada em 124 países, mas há uma forte concentração (92%) nas nações de média e baixa rendas: um movimento ocorrido desde a década de 1970, e em especial no último vintênio, em busca de mercados com menor regulação e de governos mais dispostos a fazer concessões. O Brasil irrompe com força total nessa estratégia, recebendo a demanda antes direcionada aos Estados Unidos.

O Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, se fortalece como centro administrativo e produtivo do setor. A capital informal dessa região é Santa Cruz do Sul, cidade com 127 mil habitantes, que oferece uma visão única do controle exercido pelo setor privado. Há uma intensa articulação para unificar os interesses de produtores, empresas, políticos, Poder Judiciário, instituições de ensino e organizações do terceiro setor. Essa conexão se fortaleceu após a criação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, ratificada em 181 países, proposta no âmbito da Organização Mundial de Saúde e em vigor desde 2005.

Metodologia

Decidimos abordar de maneira sistematizada a formação da rede estratégica da indústria do tabaco no Brasil – e a formação discursiva que coloca na arena do debate público os diversos atores sociais que indiretamente fazem a defesa das empresas para que as próprias não precisem marcar presença pública. Que tenhamos conhecimento, este é o primeiro trabalho jornalístico a promover

essa sistematização no país.

Após a publicação de uma reportagem sobre as condições de vida dos produtores de fumo da região Sul, notamos que havia uma extensa rede de vozes a defender a indústria do cigarro. Passamos então a uma revisão de artigos, páginas institucionais e documentos oficiais para mapear e categorizar essas vozes.

O Brasil tem uma das agendas mais consolidadas em termos de políticas antitabagismo, remontando aos anos 1990. Para se contrapor às medidas regulatórias, as empresas fizeram uma série de adaptações a suas estratégias de atuação. A aposta na ideia de “sociedade em rede”³ ajuda a compreender essas mudanças, que acabam por atingir os espaços de atuação simbólicos e concretos em jogo.

O grande número de famílias produtoras de folha de tabaco garante às corporações fumageiras uma forte mobilização contra a agenda regulatória e em benefício da eleição de parlamentares ligados diretamente ao cigarro.

O setor tabagista fez a transição da era industrial para a era da informação de maneira competente, passando da forma de produção simbólica em massa para a forma de produção simbólica flexível, garantindo uma transformação organizacional como resposta à necessidade de lidar com um ambiente fragmentado e em constante mudança.

Nosso trabalho valeu-se da leitura de livros, artigos científicos, reportagens e decisões judiciais. A isso se somou a observação *in loco*. Por três vezes, entre 2015 e 2017, fomos ao interior do Rio Grande do Sul, principal estado exportador, conversar com produtores, políticos, comerciantes, funcionários das grandes empresas, sindicalistas, técnicos do setor de saúde, pesquisadores, líderes de organizações da sociedade civil, empresários, advogados e juizes, dentre outros.

Discussão

O principal ponto de nossa pesquisa é a sistematização de um ciclo de retroalimentação entre as vozes envolvidas na defesa veemente da

indústria do cigarro:

- organizações que alegam defender os produtores;
- prefeitos, deputados e senadores;
- a imprensa, em especial nos estados exportadores;
- instituições do terceiro setor, em particular aquelas que evocam o problema do contrabando e da carga tributária;
- perfis falsos em redes sociais.

A questão-chave é o sistema de integração. Todos os anos, o agricultor, procurado por funcionários das empresas chamados de “orientadores”, acerta a venda de tabaco em folha, num acordo de prestação de serviços no qual não há nenhuma possibilidade de negociação. É um documento de adesão pronto, em que só resta espaço para especificar o tipo de fumo, o tamanho da área onde será feito o plantio, a variedade de semente e a quantidade de tabaco, em quilos, a ser entregue.

O trabalho é via de regra manual, feito em pequenas propriedades. Não há mecanização que possa assessorar o produtor nas tarefas mais duras. Geralmente em maio, no caso do Vale do Rio Pardo, inicia-se a feitura dos canteiros, o que dura até junho. De julho a setembro, milhares de mudas são plantadas, uma a uma. Na sequência vem o ciclo de manutenção e a aplicação de agrotóxicos. Entre outubro e janeiro, é época da colheita, que se dá por etapas.

Debaixo de forte calor, o agricultor retira as folhas meticulosamente para garantir que tenham boa qualidade e aparência. Durante a noite e a madrugada, a planta é levada a estufas para secagem. A lenha mantém a temperatura alta, o que permite a qualidade do processo de cura. O agricultor deve acordar várias vezes para verificar o calor da fornalha, que, a depender do momento, varia de 90 a 170 graus Celsius. O tempo para o descanso é mínimo. Sirenes são instaladas para garantir que o produtor não perca a hora.

Ao final da safra, a produção é vendida diretamente para a empresa com quem o produtor assinou contrato. O valor é definido pela corporação. Existe uma tabela de classificação que, em teoria, fixa critérios claros para o preço que será pago

sobre o tabaco. Porém, todas as partes que integram a cadeia produtiva têm clareza de que o elemento fundamental é a demanda internacional pelo produto.

A tabela serve, assim, para dar uma grande margem de interpretação aos funcionários das corporações. O tipo de fumo mais vendido no país pode ser encaixado em 41 categorias diferentes, com valores que vão de US\$ 0,17 a US\$ 2,9 por quilo. A folha que tenha mais de metade da superfície tomada por cores “castanho-claro a castanho-escuro” terá um valor. Mas, se a avaliação for de que a cor laranja predomina, passa-se a outro patamar. Ainda é preciso verificar se o produto tem ou não elasticidade e qual o grau dessa elasticidade. Avalia-se, também, se há manchas esverdeadas, pálidas, acinzentadas, avermelhadas.

Tânia Cavalcante, que comanda a Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro no Brasil (Conicq), considera que a indústria faz dos produtores rurais “massa de manobra” numa tentativa de interferir nas políticas de controle.

“A cadeia produtiva do tabaco é perfeita do ponto de vista do agronegócio. Não estou falando que seja bom para o produtor, mas como modelo de negócio. É um modelo de disciplina total. As pessoas são muito comprometidas.”⁴

Tipo de contrato

Em 2007, o Ministério Público do Trabalho moveu uma série de ações para que as empresas tivessem de reconhecer com os produtores um vínculo trabalhista. O setor privado alega, porém, que mantém apenas um contrato de prestação de serviços.

“Tudo é muito impactante. Falam desse contrato de integração como se fosse uma coisa tão comum, como se não tivesse nenhuma ilegalidade. É muito naturalizado”, diz a procuradora Margaret Matos de Carvalho.⁵

O Ministério Público abriu a investigação em 1998 para apurar o uso de mão de obra infantil nas lavouras – na época, estimava-se haver 80 mil crianças envolvidas no cultivo. A principal desco-

berta foi a de que os produtores eram vítimas, e não responsáveis, uma vez que acabavam forçados a apelar ao trabalho de filhas e filhos para dar conta das cláusulas impostas pelas empresas.

Mas a organização que congrega as corporações conseguiu deslocar o processo à capital do país, Brasília, onde, em apenas alguns dias, chegou-se a um acordo que depositou toda a responsabilidade no produtor.

Na época, a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) foi apontada pelo Ministério Público como corresponsável pelo problema. Criada na década de 1950, a Afubra se coloca como a grande representante dos agricultores. Não há, porém, registros de uma atuação que contrarie os interesses das empresas.

A entidade vende um seguro para proteger a lavoura de eventuais danos provocados por fenômenos climáticos. Foi a própria subsidiária da British American Tobacco que atuou para que os produtores de todo o Sul do país adotassem esse seguro.

A Afubra foi fundamental para capilarizar e aperfeiçoar o discurso hoje repetido à exaustão nas regiões de plantio. Basicamente, o que se faz é apagar a linha que separa os interesses de produtores e corporações, elegendo um inimigo comum: o combate ao tabagismo. A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco é o catalisador das posições reativas. A partir dela se fortaleceu a ideia de que qualquer crítica às empresas é uma ameaça ao sustento dos agricultores.

É comum ouvir frases feitas, baseadas em argumentos frágeis. Via de regra, enfatizam uma suposta vantagem de renda do tabaco sobre todas as outras culturas agrícolas e um complô contra os pequenos produtores para favorecer interesses ocultos.

Na década de 1980 foi criado o Sindicato dos Trabalhadores do Ramo do Fumo (Sintrafumo), que tentava unificar os operários das fábricas e os produtores. Em 1989, pela primeira vez foi realizada uma greve conjunta, com bloqueios de estradas e de portas de fábrica. Logo em seguida a organização passou a sofrer contestações judiciais

e autuações pelo poder público local. As empresas jamais aceitaram como parte das negociações o sindicato, que deixou de existir.

Com o passar do tempo, as entidades de classe foram chamadas a participar de negociações e diminuíram a resistência. Hoje, não há nas regiões produtoras entidades sindicais dispostas a pressionar as corporações para que melhorem a situação dos produtores.

Uma das representantes de um sindicato local fez uma defesa clara do trabalho infantil.

“Hoje, as nossas crianças não trabalham. Se vão ajudar, catam umas folhinhas que caem no chão. A preocupação dos pais é levar os filhos à aula. Se houve isso [trabalho infantil] faz muitos anos, mas, mesmo assim, as crianças que ajudaram na roça aprenderam uma profissão. Estamos criando uma geração de vadios que só tem estudo, que acha que não pode mais trabalhar. E que geração vai ser essa, no futuro?”⁶

Em 2016 ela foi eleita vereadora em Venâncio Aires, segundo maior município do Vale do Rio Pardo, e em 2018 se tornou presidente do Poder Legislativo local.

Números

Fizemos uma análise dos números mais repetidos pelos representantes diretos e indiretos da indústria do cigarro. A ideia de que essa é uma cadeia de produção altamente lucrativa torna-se um dos principais freios para a ação do poder público em termos de política antitabagismo e de apoio aos agricultores para que encontrem alternativas.

A começar pelo balanço geral, um estudo calculou em aproximadamente US\$ 15 bilhões⁷ as perdas anuais provocadas pelo cigarro no Brasil, entre mortes, gastos ao sistema público de saúde e problemas de produtividade no trabalho.⁸ Os custos com assistência médica equivalem a quase 10% do orçamento geral da saúde. Enquanto isso, a arrecadação fiscal com os produtos derivados de tabaco fica em US\$ 3,5 bilhões.

Passamos então a tentar entender se o cigarro é tão lucrativo para os produtores quanto dizem as

organizações de defesa do setor. Tomamos como base estudos feitos a pedido ou com o apoio da associação que reúne as grandes empresas. Um deles realizou uma pesquisa de campo com 381 produtores. A constatação é de que a renda média com o tabaco ficava em US\$ 9 mil ao ano, mas a renda líquida caía a menos de US\$ 4 mil. 13% dos agricultores declararam prejuízo e outros 13% tiveram renda anual máxima de US\$ 1,6 mil, somados a 17% que tiveram renda entre US\$ 1,7 mil e US\$ 2,5 mil.⁹

Feito em 2016, um estudo encomendado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul encontrou que 35,8% dos produtores declararam não viver com tranquilidade financeira. Quase a metade dos entrevistados disse usar financiamento público para sustentar o plantio.¹⁰

Esse é um aspecto particularmente importante porque contrasta com o discurso de que essa é uma cultura altamente lucrativa e plenamente independente de governos. Fizemos um levantamento e vimos que o *boom* do cigarro coincide com o uso de recursos de um programa nacional de financiamento da agricultura familiar. Por várias vezes o governo federal cogitou proibir em definitivo o financiamento de tabaco por meio desse projeto, mas sempre foi pressionado por parlamentares que receberam recursos dessas empresas durante eleições.

Essa situação mostra a fragilidade dos programas de criação de alternativas ao plantio de tabaco, geralmente levados adiante pela atuação de organizações não governamentais, a despeito de dificuldades. O Brasil chegou a ter quase 200 mil famílias na produção em 2005, e hoje são 150 mil.¹¹ O projeto voltado a fomentar outros cultivos jamais passou de US\$ 250 mil ao ano, segundo documento que obtivemos por meio da lei que permite o acesso a dados públicos. Em 2015, essa iniciativa recebeu em torno de US\$ 50 mil, e em seguida teve o orçamento zerado.

As experiências bem-sucedidas em regiões produtoras de tabaco valorizaram soluções coletivas, exatamente trabalhando sobre aquela que é a grande vantagem da indústria do cigarro: a garantia de compra. Iniciativas orgânicas e agroecológicas já não conseguem suprir a demanda crescente

por alimentos frescos.

Vera Luiza da Costa e Silva, que desde 2014 comanda o Secretariado da Convenção-Quadro, situado em Genebra, entende que o governo federal deveria empreender uma agenda desconectada dos argumentos das corporações.

“A indústria acaba querendo ir contra o tratado, quando na verdade a diversificação precisa acontecer. É inevitável que se vá pensando em medidas para dar suporte a esses plantadores de tabaco, já que a indústria não está minimamente preocupada com eles. O fumicultor tem uma relação de sujeição e resistência. O cultivo de tabaco é um cultivo onde quem dá as cartas e as garantias ou não é a indústria.”¹²

Uma figura fundamental no êxito do “sistema integrado” no Brasil é o orientador das empresas. Trata-se do funcionário que circula pelos municípios levando e colhendo informações em tempo real. É ele quem garante que as empresas tenham um levantamento prévio muito preciso da quantidade de fumo que será produzida; que inovações tecnológicas sejam rapidamente incorporadas por todas as famílias produtoras; e que o discurso entre empresas e agricultores seja rapidamente unificado, como quando da discussão legislativa da Convenção-Quadro.

É comum que pessoas e projetos que tentam apontar saídas sejam desacreditados pela ação dos orientadores. Dom Sinésio Bohn, que foi bispo em Santa Cruz do Sul, tentou trabalhar nesse sentido.

“Eu andava pelas comunidades tranquilamente, mas, de repente, passei a ser hostilizado em alguns lugares. Fui ameaçado, inclusive. Havia gente jogando os agricultores contra mim, dizendo que eu queria acabar com a fonte de renda deles, que eu era um agente do comunismo.”¹³

Bancada do fumo

É difícil encontrar, nas regiões produtoras, prefeitos, vereadores, deputados e senadores que se oponham a essas empresas. O Rio Grande do Sul tem uma “bancada do fumo”, composta diretamente por cinco integrantes (10% do Legislativo

estadual) e capaz de mobilizar vários outros deputados estaduais.

Diferentemente da bancada do agronegócio, que controla diretamente um terço do Legislativo brasileiro e apresenta muitos projetos, a bancada do fumo é pouco propositiva. No geral, seus integrantes trabalham mais na defesa da indústria do que na promoção de uma agenda específica. O fundamento central é a pressão, dentro e fora do Congresso, nos ministérios e no Judiciário. Não encontramos propostas desses parlamentares que favoreçam diretamente os produtores.

Até 2014, a legislação brasileira permitia o financiamento de campanhas eleitorais por empresas. A Philip Morris declarou ter investido o equivalente a US\$ 435 mil, a Alliance One depositou US\$ 200 mil e a China Brasil Tabacos, US\$ 50 mil. A Souza Cruz, líder do mercado nacional, não tem doações registradas, mas tem os interesses defendidos publicamente. As empresas não demonstram preferência por algum partido: as doações são espalhadas por várias siglas.

Os integrantes da bancada do fumo promovem a articulação da indústria do cigarro com ministros e o Poder Judiciário. Um momento-chave é a pressão em torno das propostas do governo brasileiro para a Conferência das Partes da Convenção-Quadro (COP), encontro bienal que reúne os países que aderiram ao tratado global.

Adolfo Brito, deputado do Rio Grande do Sul, conta como os parlamentares se articularam durante a COP realizada em 2014.

“Nós solicitamos ao Ministério da Agricultura que nos passasse a pauta das reuniões. Então, nós tínhamos uma reunião de manhã e à tarde para ver tudo o que havia sido discutido. Nós dávamos nossa opinião. Eu tinha o contato com a bancada federal gaúcha na Câmara e no Senado. E aí passava a nossa posição para persuadir para as mudanças necessárias.”¹⁴

Vera Luiza da Costa e Silva conta que esse tipo de articulação das empresas, tentando usar representantes indiretos para influenciar a negociação da COP, tem levado a uma tensão entre transparência e interferência. O relatório da COP7, em

2016, na Índia, mostra que organizações da área de saúde e de representação dos produtores foram barradas, em alguns casos por relações financeiras com as empresas.¹⁵

“Cada vez mais fica difícil de se abrir e deixar de ter uma participação ampla do público. Você acaba obrigado a prejudicar a transparência em nome de não aceitar uma interferência.”

Êxito

A narrativa sobre o sucesso da região encontra na colonização alemã um elemento fundamental. A ideia central é de que o Vale do Rio Pardo foi desenvolvido por pessoas ordeiras e trabalhadoras. O historiador Mateus da Silva Skolaude considera que essa é uma construção cultural fundamental para a indústria do cigarro, em especial a partir da década de 1970, em articulação com o poder político no sentido de afirmar a identidade germânica.¹⁶

Utiliza-se o tempo todo a imagem do sucesso de uma sociedade organizada, predominantemente branca, de espírito colonizador e que atrai a atenção de um dos setores econômicos mais poderosos e influentes do mundo, capaz de financiar e de se beneficiar desse *status quo*.

Em Santa Cruz do Sul, porém, 13,2% da população se declarou negra no Censo Demográfico de 2010 (quinze mil pessoas). Entre negros, 90% tinham renda mensal de até dois salários mínimos (equivalente a US\$ 500, segundo valores atualizados), contra 68% entre os brancos.

O suposto “rigor” alemão é também apontado como causa para uma situação incômoda para uma região que tenta transmitir ideais de sucesso. Além de “capital mundial do fumo”, Santa Cruz do Sul é uma das líderes no ranking de suicídios no país — teve a sétima maior taxa geral em 2012 e ocupou a 29ª posição quando considerada apenas a população jovem. A vizinha Venâncio Aires ficou no quinto lugar quanto às maiores taxas de suicídio entre jovens e em 15º lugar quanto à população em geral.¹⁷

Em 1995 uma pesquisa associou pela primeira vez os suicídios ao cultivo de tabaco.¹⁸ O motivo

seriam os agrotóxicos utilizados em larga escala. Naquele ano, quando houve um recorde no número em Venâncio Aires, os agricultores aplicaram cem quilos de veneno por hectare, motivados pela ocorrência de uma seca que aumentou os ataques de pragas às lavouras.

Em 2014, o Mapa da Violência apontou que, das vinte cidades de maior índice, onze são gaúchas. Três estão na região produtora: Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Encruzilhada do Sul.

O Vale do Rio Pardo é tão relevante nessa estatística que foi a região escolhida para o projeto-piloto do Observatório de Análise de Situação do Suicídio no Rio Grande do Sul, voltado exatamente a entender as causas de tantas mortes. As criadoras da iniciativa explicam o motivo:

Destacam-se a forte influência da cultura alemã e a monocultura do tabaco, que coloca os agricultores em uma posição de dependência em relação às indústrias fumageiras, uma das principais fontes econômicas da região. Dos 343.858 habitantes, 33,6% vivem em zona rural e estão mais expostos aos efeitos nocivos do uso indiscriminado de agrotóxicos, especialmente os organofosforados, que podem provocar alterações no Sistema Nervoso Central, entre as quais estão os transtornos de humor, conforme apontado por vários estudos.¹⁹

Um grupo de pesquisadores do Instituto Nacional de Câncer realizou um estudo em um município produtor de tabaco.²⁰ A ideia foi avaliar a correlação entre pesticidas, confusão mental e agrotóxicos mediante a aplicação de questionários com 869 pessoas entre 2011 e 2012. Descobriu-se que as pessoas que relataram sofrer de depressão tinham uma maior exposição aos venenos, e que a taxa era consideravelmente maior entre quem havia tido contato com essas substâncias antes e durante a adolescência.

Em outra cidade do Rio Grande do Sul, pesquisadoras de uma universidade federal ouviram 2.400 produtores de tabaco.²¹ As entrevistas expõem a dificuldade dessa cultura. 64% disseram que a atividade é extenuante e 46,7% relataram ter trabalho pesado de quatro a sete meses ao ano. Durante a colheita, a maior parte se dedicava mais de doze horas ao dia.

O uso de agrotóxicos se dava em praticamente todas as propriedades. As pesquisadoras analisaram vários tipos de exposição a esses venenos: na aplicação, na lavagem de equipamentos, nas roupas, no transporte, no contato com as folhas. 66% tiveram contato direto com essas substâncias nos doze meses anteriores à entrevista. Quem apresentava exposição a ao menos sete situações tinha 88% mais chances de apresentar distúrbios psicológicos. O estudo encontrou também uma conexão desse problema com dívidas e trabalho extenuante. Do total da amostra, 12,7% tinham ao menos um caso de suicídio na família.

O pesquisador Guilherme Eidt Gonçalves de Almeida, especialista em direito sanitário, chama atenção para a conexão entre os meses de uso mais intenso de agrotóxicos nas lavouras de fumo — outubro, novembro e dezembro — e o período com maior número de suicídios. O mês de abril, que apresenta também alto índice de casos, coincide com a época da preparação dos canteiros pelos plantadores.²²

Contrabando

O mercado ilegal é um dos argumentos mais utilizados pela indústria do cigarro em vários países para evitar o aumento de impostos e outras medidas de controle do tabaco. Por alguns anos, a elevação tributária sobre o maço no Brasil foi contida pelo temor da Receita Federal de estimular o contrabando.

Francisco Assis, subsecretário de Fiscalização da Receita, conta que esse é um dos segmentos econômicos mais atuantes.

“Quando, a partir de 2009, começamos a atuar de maneira mais consistente e de maneira mais alinhada com o Artigo 6º da Convenção-Quadro, a gente começa a arrecadar mais e a ver a diminuição do consumo. Em todas as reuniões de que participamos, a indústria chega com os três argumentos clássicos que vocês devem conhecer: o argumento do orçamento, o argumento da saúde e o argumento da regressividade [de impostos].”

Ou seja, a ideia de que o governo irá perder arrecadação ao aumentar impostos, expor os cidadãos a produtos sem controle sanitário e punir os

mais pobres, que terão de gastar uma fatia maior da renda para continuar fumando. O Brasil, porém, continua a ter um preço relativamente baixo para o maço de cigarros. Segundo o Atlas do Tabaco 2015, o brasileiro compromete, em média, de 2,5% a 5% da renda média na compra desse produto. No Uruguai, no Peru e na Venezuela, fica-se entre 7,5% e 10%, e no Equador mais de 10% da renda é perdida com tabaco. A versão atualizada do Atlas do Tabaco, em 2018, estimava em 31,8% a carga tributária sobre o preço de venda, ao passo que a recomendação oficial é de 70%.²³ De acordo com o Instituto Nacional do Câncer (Inca), o percentual total de impostos sobre cigarros oscila entre 69% a 83%.²⁴

Encontramos quatro institutos diretamente financiados pela indústria do cigarro com atuação relacionada ao contrabando: a Associação Brasileira de Combate à Falsificação tem proximidade com as polícias; o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial e a Frente de Combate à Pirataria e à Ilegalidade têm foco na articulação com os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário; e o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteira trabalha com estudos que buscam influenciar o poder público.

Os números apresentados por essas organizações sobem vertiginosamente e aparecem, sem ressalvas, na mídia. Em 2013, afirmava-se que o prejuízo provocado por contrabando e falsificações de maneira geral somava o equivalente a US\$ 10,5 bilhões. No ano seguinte, já subia a US\$ 25 bilhões. Em 2016, a US\$ 31 bi. Em 2017, a US\$ 37 bi. Como os relatórios com os cálculos detalhados não são apresentados publicamente, é impossível averiguar a precisão dos números.

A Receita teve de realizar as próprias estimativas, após alguns anos dependendo dos números dos institutos financiados pelas empresas. A conclusão é de que o mercado ilegal gira em torno de 30%. Durante uma audiência pública convocada por um deputado com financiamento pelas corporações, o representante do órgão aduaneiro afirmou que o número evocado pelos institutos era exagerado: representa um terço do consumo de todas as famílias brasileiras.

Comissões parlamentares de inquérito (CPIs, na

sigla em português) são instrumentos de investigação usados com frequência no Poder Legislativo. O próprio presidente da Associação Brasileira de Combate à Falsificação nos contou que as investigações da CPI da Pirataria, entre 2003 e 2004, foram conduzidas pela organização. Ao final, além da prisão de uma pessoa apontada como “Rei do contrabando”, as apurações resultaram no fechamento de duas empresas que até então operavam na legalidade e apresentavam trajetória de crescimento, chegando a 8% do mercado.

A alegação foi de que estavam em dívida com a Receita, uma questão fundamental para o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, aceito como *amicus curiae* no Supremo Tribunal Federal. Numa das ações em que a Corte máxima do Brasil discute se débitos tributários devem levar ao fechamento de empresas, esse instituto apresentou como documento o relatório final da CPI da Pirataria.

Em 2015 foi criado o Centro de Cidadania Fiscal, composto por um ex-secretário da Receita, Bernard Appy, e um ex-ministro do Planejamento, Nelson Machado. Apesar de se apresentar como um “think tank independente”, o instituto tem a Souza Cruz como uma das patrocinadoras. Em 2017, ganhou relevância na imprensa ao postular uma reforma tributária que reduzisse a carga de impostos em geral.

A porta giratória é prática comum no setor. Tanto o conselho do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial como o conselho consultivo da Souza Cruz já tiveram importantes nomes. Ex-secretários da Receita Federal, ex-ministros do Supremo Tribunal Federal, ex-ministros do Poder Executivo e pesquisadores de instituições públicas figuram nessa lista.

As relações de ação e discurso contemplam, também, a mídia. A proibição de fazer publicidade não exauriu totalmente o alcance midiático da indústria tabagista. Seja por meio de textos institucionais publicados em jornais de grande circulação para bradar contra o contrabando de cigarros, seja em outros temas da seara econômica que possam render notas e artigos assinados por sindicatos e associações que escondam os reais autores, o setor se faz presente e influente no co-

tidiano dos principais periódicos do país.

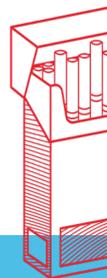
A Philip Morris patrocina cursos de formação de jovens jornalistas nos dois principais jornais do país, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. No segundo semestre de 2017, a Folha organizou um seminário em conjunto com a empresa para discutir o tabaco aquecido, próxima aposta das corporações do setor. A cooptação dos meios de comunicação locais, sobretudo em regiões de plantio de tabaco, é ainda mais evidente.

Conclusão

Nossa pesquisa demonstra uma intensa articulação de representantes indiretos da indústria do cigarro. O êxito das políticas antitabagismo no Brasil e o grande número de produtores levaram a uma rearticulação do discurso. A ideia central é unificar a “cadeia produtiva” em torno de um único interesse: a manutenção desse sistema agroexportador, sem espaço para críticas à postura das corporações e melhorias na vida de agricultores familiares.

Futuros trabalhos podem aprofundar as pesquisas sobre o impacto dessa rede em políticas públicas específicas, tanto nas que já foram implementadas como nas que eventualmente deixaram de ser. Nossa sistematização também reforça a necessidade de uma articulação contrária, que atue junto a órgãos de imprensa e aos atores políticos para esclarecer e prevenir sobre a existência de representantes indiretos das corporações. Órgãos públicos podem reforçar medidas de prevenção de conflito de interesses.

Em especial os produtores rurais devem ser foco de atenção de políticas públicas. Nosso trabalho fortalece a necessidade de reforço de estratégias de diálogo e de práticas que exponham a possibilidade de migração para outras culturas e contraponham os números distorcidos pelos representantes diretos e indiretos das corporações. No entanto, a tendência atual de enfraquecimento das ações de diversificação cria uma dificuldade adicional para a atuação da sociedade civil.



Referências

1. Dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.
2. Em 1989, o índice de tabagismo em adultos no país era de 34,8% e, em 2013, chegou a 14,7%, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde.
3. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999, v. 1.
4. Entrevista aos autores.
5. Entrevista aos autores.
6. Entrevista aos autores.
7. Os valores convertidos em dólares levam em conta a cotação vigente em 16.7.2018 (US\$ 1 = R\$ 3,865).
8. Pinto M., Bardach A., Palacios A., Biz A. N., Alcaraz A., Rodríguez B., Augustovski F., Pichon-Riviere A. "Carga de doença atribuível ao uso do tabaco no Brasil e potencial impacto do aumento de preços por meio de impostos". Documento técnico iecs nº 21. Instituto de Efectividad Clínica y Sanitaria, Buenos Aires, Argentina. Maio de 2017. Disponível em <www.iecs.org.ar/tabaco>.
9. Buainain, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de (coords.). Organização e funcionamento do mercado de tabaco no Sul do Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2009.
10. Slongo, Luiz Antonio; et al. Produtor de tabaco da região Sul do Brasil: perfil socioeconômico. Porto Alegre: Centro de Estudos e Pesquisas em Administração/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.
11. Estatísticas disponíveis na página da Associação dos Fumicultores do Brasil <<https://afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>>
12. Entrevista aos autores.
13. Entrevista aos autores.
14. Entrevista aos autores.
15. Entre as organizações barradas estão All India Bidi Industry Federation, Aman-Saulyk, Childlink Foundation, Consumer Packaging Manufacturers Alliance, Federation of All India Farmer Associations, Kelab Integrasi Komuniti dan Sosial, Lega Italiana Anti Fumo, Philippine Tobacco Institute Inc., Polish Cancer Patient Coalition, Sarhad Chamber of Agriculture, Tobacco Vapor Electronic Cigarette Association, Virginia Tobacco Farmers Associations, and World Farmers' Organisation. Disponível em <http://www.who.int/fctc/cop/cop7/FINAL_COP7_REPORT_EN.pdf>.
16. Skolaude, Mateus Silva. "História, identidade e representação social: o caso da comunidade afrodescendente de Santa Cruz do Sul", 2010. Disponível em <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/skolaude%20mateus%20silva.pdf>>.
17. Waiselfisz, J. J. Mapa da violência 2014: os jovens do Brasil. Rio de Janeiro: Flacso, 2014. Disponível em <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf>.
18. Relatório Azul 1995. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1995. Disponível em <<http://www.al.rs.gov.br/download/ccdh/RelAzul/relatorioazul-95.pdf>>.
19. Cruz, Claudia Weyne et al. "Observatório de análise de situação de suicídio no RS: um breve histórico". Em Anais do III Seminário Internacional de Políticas Públicas. Out. 2017. Disponível em <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/sipinf/assets/edicoes/2017/artigo/41.pdf>>
20. Ylida Campos, Valéria dos Santos Pinto da Silva, Márcia Sampa Campos de Mello, Ubirani Barros Otero. Exposure to pesticides and mental disorders in a rural population of Southern Brazil. NeuroToxicology, Volume 56, 2016, Pages 7-16.
21. Neice Muller Xavier Faria, Anaclaudia Gastal Fassa, Rodrigo Dalke Meucci, Nadia Spada Fiori, Vanessa Iribarrem Miranda. Occupational exposure to pesticides, nicotine and minor psychiatric disorders among tobacco farmers in southern Brazil, NeuroToxicology, Volume 45, 2014, p. 347-354.
22. ALMEIDA, Guilherme Eide Gonçalves de. Fumo: servidão moderna e violações de direitos humanos. Curitiba: Terra de Direitos, 2005, p. 168. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/594_Fumo_serv_moderna_livro.pdf>.
23. Dados completos sobre as políticas de controle do tabagismo no país podem ser encontrados em <<https://tobaccoatlas.org/country/brazil/>>.
24. http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/status_politica/precos_impostos

ROUCOS E SUFOCADOS

A INDÚSTRIA DO CIGARRO ESTÁ VIVA, E MATANDO

João Peres e Moriti Neto | Editora Elefante

APOIO



International Union Against
Tuberculosis and Lung Disease
Health solutions for the poor

